



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1851884 - SC (2019/0363608-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : EDSON ANDREAS VOIGT (PRESO)
ADVOGADOS : JOÃO RICARDO DAL PONT - SC023945
ALEXANDRE ZANARDO E OUTRO(S) - SC044717
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Criminais promoveu a soma das penas impostas ao sentenciado e diante do *quantum* superior a 04 anos de prisão, fixou o regime semiaberto.

Interposto agravo em execução, pela Defesa, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso. O acórdão ficou assim ementado, *verbis* (fl. 180):

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO QUE PROCEDEU A SOMA DE PENAS, RECONVERTEU AS REPRIMENDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS EM PRIVATIVAS DE LIBERDADE E FIXOU O REGIME SEMIABERTO AO APENADO. INSURGÊNCIA DEFENSIVA. ALMEJADA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL (ART. 197 DA LEP). PRECEDENTES DESTA CORTE. PLEITEADA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO IMEDIATO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. INVIABILIDADE. ENTENDIMENTO DO STF ACERCA DA POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA SUBSTITUTIVA, APÓS A CONFIRMAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM SEGUNDO GRAU (AGRG NO HC Nº 142.750/RJ). REQUERIDO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. PRAZO DE 4 (QUATRO) ANOS, TODAVIA, NÃO TRANSCORRIDO ENTRE O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA E A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA (ART. 109, V, C/C. ART. 110, § 2º, AMBOS DO CP). PEDIDO DE APLICAÇÃO DA CONTINUIDADE DELITIVA. DESCABIMENTO. FATOS PRATICADOS HÁ MAIS DE 3 (TRÊS) ANOS. REQUISITO TEMPORAL PREVISTO NO ART. 71 DO CP NÃO PREENCHIDOS. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Diante disso, a Defesa interpôs recurso especial alegando violação aos arts. 111, caput e parágrafo único e 181, ambos da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP).

Alega que, nos autos da Ação Penal n. 0000137-72.2016.8.24.0035 (PEC n.

000495-32.2019.8.24.0035) e da Ação Penal n. 00002144-08.2014.8.24.0035 (PEC n. 0000494-47.2019.8.24.0035), teria ocorrido a prescrição da pretensão punitiva estatal.

Sustenta que não há previsão legal de conversão de penas privativas de liberdade em restritiva de direitos, ainda que estas ultrapassem a soma de quatro anos de condenação.

Requer seja conhecido e provido o recurso especial para readequar o regime de cumprimento de pena e declarar a prescrição.

Contrarrazões às fls. 225/237.

Decisão de admissibilidade às fls. 239/243.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial e, caso conhecido, pelo seu desprovemento (fls. 257/264).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

Quanto à alegação de prescrição, o voto condutor assim se posicionou quanto à controvérsia, no que importa, *verbis* (fls. 185/187):

Na sequência, a defesa de Edson Andreas Voigt pugnou pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva no tocante às condenações relativas à Ação Penal nº 0000137-72.2016.8.24.0035 e ao fato 5 da ação penal nº 0002144-08.2014.8.24.0035.

Ocorre que a pretensão defensiva já foi analisada não só pelo Juízo a quo, mas também por este Tribunal de Justiça no julgamento das apelações interpostas, ambos com a conclusão de que não há prescrição a ser reconhecida.

Assim bem consignou o Magistrado:

Trata-se de pedido de reconsideração formulado pela defesa do apenado Edson Andreas Voigt, pretendendo o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva da condenação relativa ao PEC 0000495-32.2019.8.24.0035 e do fato 5 da condenação relativa ao PEC 0000494-47.2019.8.24.0035.

Todavia, é impossível dar guarida ao pleito.

Isto porque, ainda que a denúncia descreva o fato como corrido em 15/03/2010, o acórdão de fls. 20-31 (fls. 377-388 na Ação Penal de origem) já decidiu que a consumação do delito se deu somente em 18/04/2013, de modo que, nos termos do artigo 109, V e § 1º do artigo 110, ambos do Código Penal, não há o que se falar em prescrição da pretensão punitiva.

Além do que, tal matéria já foi objeto de análise do recurso de apelação criminal da Ação Penal em questão, não cabendo a este Juízo de Execução rediscutir tal tópico, sob pena de ofensa à coisa julgada.

De igual modo, não merece acolhimento o pleito de reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do fato 5 da Ação Penal 0002144-08.2014.8.24.0035, relativa ao PEC 0000494-47.2019.8.24.0035, uma vez, nos termos do já mencionado § 1º do artigo 110 do Código Penal, "não há possibilidade de a prescrição ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa".

Tendo os fatos em questão ocorridos em 25/11/2010, após o início de vigência da Lei nº 12.234, de 05 de maio de 2010, fica evidente que o prazo prescricional

aplicável de 4 (quatro) anos previsto no art. 109, V do Código Penal não transcorreu entre nenhum dos marcos interruptivos da prescrição retroativa.

Em outras palavras, com o advento da Lei n. 12.234/2010 foi abolida a prescrição da pretensão punitiva na forma retroativa em relação ao período de tempo anterior ao recebimento da denúncia [...] Por fim, sob o aspecto prescricional, a competência deste Juízo de Execução Penal é restrita à situações posteriores ao início do cumprimento da pena, de modo que lapsos anteriores devem ser analisados no respectivo processo de conhecimento, pois necessária é a análise de todos os atos processuais, o que é inviável neste procedimento em que há apenas algumas peças relativas ao processo principal.

Ante o exposto, indefiro o pedido de reconsideração formulado. (fls. 107 e 108 do PEC nº 0000495.32.2019.8.24.0035).

Nos termos do art. 61 do Código de Processo Penal – CPP, a prescrição pode ser conhecida de ofício e em qualquer grau de jurisdição, por se tratar de matéria de ordem pública.

No caso dos autos, conforme expressamente consignado pelo Tribunal de origem, em relação à condenação nos autos da Ação Penal nº 0000137-72.2016.8.24.0035, considerando-se que pena foi fixada em 1 (um) ano, 7 (sete) meses e 3 (três) dias de reclusão, não houve o transcurso de 4 (quatro) anos entre o recebimento da denúncia em 26/09/2016 e a publicação da sentença em 04/12/2017, nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal.

Em relação ao fato n. 5 da Ação Penal n. 0002144-08.2014.8.24.0035, fixada a pena em 1 (um) ano, 7 (sete) meses e 3 (três) dias de reclusão, demonstrou-se que também não houve o transcurso do prazo de 4 (quatro) anos entre o recebimento da denúncia em 07/04/2015 e a publicação da sentença em 12/01/2018, nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal.

Assim, para rever a conclusão das instâncias ordinárias com o fim alterar os marcos interruptivos da prescrição expressamente consignados no acórdão recorrido, seria imprescindível o revolvimento do conteúdo fático-probatório, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 07 do STJ.

Por outro lado, quanto à alteração do regime prisional em razão da unificação das penas, o entendimento do Tribunal a quo está alinhado ao desta Corte, firmado no sentido de que *"a superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal"* (REsp 1557461/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 15/03/2018). A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. RESTRITIVA DE DIREITO CONVERTIDA EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. INCOMPATIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO.

I - Sobrevindo nova condenação, incumbe ao Juízo das Execuções Criminais proceder à unificação das penas, adequando o regime prisional ao resultado da soma, observadas, quando for o caso, a detração ou remição.

II - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que somente é possível

a manutenção da pena restritiva de direitos na hipótese em que exista compatibilidade no cumprimento simultâneo das reprimendas.

III - No caso, o agravante cumpria pena privativa de liberdade de 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, por infração aos arts. 157, §2º, I e II e 329, §1º, ambos do Código Penal e arts. 309 e 298, I, do CTB, quando sobreveio nova condenação pela prática do crime tipificado no art. 155, §4º, do CP, oportunidade em que lhe foi imposta pena de 2 (dois) anos de reclusão, substituída por duas restritivas de direitos (prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária).

IV - Agravamento regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 1691905/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 20/10/2017).

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. RÉU EM REGIME SEMIABERTO. NOVA CONDENAÇÃO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. REGRESSÃO DE REGIME. APLICAÇÃO DO ART. 111, PARÁGRAFO ÚNICO, C/C O ART. 118 DA LEI Nº 7.210/84. ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDA.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

2. O regime prisional a ser fixado no caso de uma condenação superveniente deverá seguir os ditames explicitados nos arts. 111, parágrafo único e 118, II, da Lei n. 7.210/84, os quais, em síntese, prelecionam que, sobrevindo condenação no curso da execução, a nova reprimenda deverá ser somada ao restante daquela que vem sendo cumprida, a fim de que se determine o regime prisional.

3. Restando o cumprimento de quase 40 anos quando sobrevinda a nova condenação, de 2 anos e 9 meses de reclusão, inviabilizado resta o regime de cumprimento mais brando.

4. Habeas corpus não conhecido (HC 330.175/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 25/02/2016).

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EXECUÇÃO PENAL. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. NOVA CONDENAÇÃO. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. REGIME SEMIABERTO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. INCOMPATIBILIDADE E IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. CONVERSÃO DA PENA

RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. Sobrevindo nova condenação, incumbe ao Juízo das Execuções Criminais proceder à unificação das penas, adequando o regime prisional ao resultado da soma, observado, quando for o caso, a detração ou remição, conforme o disposto no art. 111 da LEP.

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, sobrevindo nova condenação, somente é possível a manutenção da pena restritiva de direitos na hipótese em que exista compatibilidade no cumprimento simultâneo das reprimendas. Precedentes.

4. Habeas corpus não conhecido (HC 344.701/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 29/02/2016).

Ante o exposto, com fundamento no Enunciado n. 568 da Súmula do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator